

Movimentos sociais-cristãos em Portugal

JOSÉ ADELINO MALTEZ

Falar na evolução do pensamento social-cristão não significa, de maneira nenhuma, fazer a história da doutrina social da Igreja, nem sequer é o mesmo que fazer a história dos movimentos e dos partidos que se reivindicaram da democracia cristã ou do humanismo popular cristão, como agora se pretende dizer.

Com efeito, a penetração da axiologia cristã na sociedade demoliberal contemporânea, ultrapassa, em muito, os partidos e movimentos que invocam o nome de cristãos e é, sem dúvida bem mais antiga que a própria estruturação das encíclicas leoninas. Antes da democracia-cristã leonina, já existia um liberalismo católico. Antes e depois da *Rerum Novarum* estruturou-se, de

forma autónoma, aquela vertente do pensamento ocidental que não se considera filiada nos limites do Iluminismo ou dos seus descendentes, positivistas e, utilitaristas ou do absolutismo idealista.

Em 1945, Portugal vivia sob um regime político que invocava e praticava a doutrina social cristã como matriz básica. Principalmente, a personalidade bissectriz do sistema, era um coerente militante católico, um marcante construtor do Centro Académico da Democracia Cristã e um antigo deputado do Centro Católico. Alguém que constituía *uma espécie de oferta que a Igreja fizera à Pátria num momento crucial*, como lhe chamou o insuspeito D. António Ferreira Gomes, em 1958.

Compreende-se, assim, como ser católico durante os anos trinta e quarenta quase significou o mesmo que ser salazarista, passando o movimento político católico a ser instrumentalizado pelo seu ex-deputado e constituindo o núcleo fundamental da União Nacional.

O regime fazia, com efeito, uma certa interpretação da democracia-cristã. Salazar era da mesma geração e da mesma estirpe mental que Luigi Sturzo, Alcide de Gasperi ou Konrad Adenauer, pertencendo à primeira geração democrata cristã, adepta de um Estado Supletivo.

Contudo, o regime foi sempre um normal anormal, uma espécie de



ceito platónico e parmenideano e acusando um déficit trinitário, que abria para uma visão do mundo natural e sobretudo humano à luz da racionalidade ontológica e pessoal; uma doutrina inadequada da criação (porque não cristológica nem pneumatológica) e conexas com a visão de um Deus uno e voluntarista (em especial na filosofia de W. Ockham, no final da Idade Média), que deu aso à deslocação da fonte da racionalidade de Deus ou do universo para a mente humana (daí o impulso activista que caracteriza a nossa cultura, na consequente valorização cismundana das realidades terrestres, do trabalho, da vida quotidiana - rasgos de uma ou outra forma igualmente relacionados com a religião cristã).

7. O processo complicado da teomorfose, sem o qual a nossa cultura se torna incompreensível, na rebelião que ele implica face à divindade, deve muito à inadequação da imagem de Deus, substancialização teológica da imagem di-

vina no homem (com o esquecimento da sua intencionalidade escatológica): frutificou na concepção deificante do sujeito epistémico, a qual, por ocorrer no horizonte da dissolução metafísica, não garantiu a unidade da experiência humana nem evitou a sua fragmentação; favoreceu, ademais, o individualismo (nas suas vertentes moral e filosófica, social e política), que paradoxalmente se veio a aliar à carência de atenção à particularidade. Em virtude das tendências monistas que a habitam, a homogeneidade é o espectro da era moderna, pois "o modernismo como ideologia é parmenideano" na ciência, na técnica, na política.

Associada à fragmentação da experiência humana, acentuou-se, como corolário inevitável, a progressiva desvalorização da racionalidade - em contradição com os valores fundacionais da modernidade, a qual, por outro lado, desencadeada por um entusiasmo cognitivo e prático e por um sério empenhamento mundano, e assentando num conceito individualista de liberdade,

não resistiu de todo à tentação de uma cultura da banalidade, do nihilismo, da trivialidade metafísica, e, por conseguinte, da infravaloração da pessoa. E, no entanto, são enormes as potencialidades positivas nela inscritas.

As teses poderiam multiplicar-se mais... Ressoa porventura nelas uma tonalidade ambígua, nasce, porém, do apreço dos tempos modernos, pelas enormes virtualidades que alimentaram, pela explosão criativa de humanidade que representaram. Mas - pergunta-se - seria necessário o individualismo desenfreado que acabou por se gerar? Seria necessário o desamor (último) pela inteligência teórica, a perda do poder crítico da arte, a violência face à natureza, a semente do totalitarismo, a cultura da banalidade, e outras manifestações? A compreensão destes desvios não pode dispensar o olhar teológico - e é tudo.

perpetuação das circunstâncias extraordinárias que, com vários pretextos, sempre foi justificando a não aplicação plena dos direitos, liberdades e garantias que tinha formalmente consagrado no texto da Constituição de 1933.

Isto é, ele próprio se via como algo de provisório, como mero ponto de passagem da Ditadura Militar para um sonhado corporativismo, que, aliás, nunca veio a concretizar-se institucionalmente, porque quando podia transformar a respectiva imagem de poder num aparelho coerente, eis que sobrevieram a Segunda Guerra mundial, a Guerra fria e a guerra das campanhas de África.

Por isso é que o mesmo regime não passou de um hibridismo doutrinário, que sempre esteve mal com as várias modas políticas do tempo europeu em que nasceu, cresceu e sobreviveu, o que agravou as respectivas contradições. Se, nos anos trinta, não foi suficientemente totalitário e mesmo antisemita, eis que, depois, não se coadunou com a moda demoliberal e europeizante do pós-guerra, apesar de se qualificar apressadamente como democracia orgânica. Finalmente, acabou por morrer com os ventos da história da descolonização, em plena Guerra fria.

Em 1974, Portugal era um país governado pelos restos do bismarkismo salazarista. De um lado, era o país rural que não desertava e participava nas campanhas de África, tal como os respectivos avós tinham ido para a Flandres, sem saber porquê, mas com um tradicional sentido do dever comunitário. Do outro, o país bem pensante, urbano e europeizado, muito defensor do planeamentismo, que lera nos livros de Jean Monnet e de Pierre Mendes France.

Ora, a Europa da CEE já tinha vivido o Maio de 68 e abandonado as experiências do gaullismo e dos milagres económicos da Alemanha e da Itália, promovidos pela democracia cristã. Na Itália a democracia cristã afundava-se em escândalos, mafias, maçonarias, terrorismos e corrupção. Era natural que no imaginário de jovens católicos portugueses perpassasse um sonho diferente de uma receita estafada.

Acresce que as forças tendencialmente distintas de um movimento político democrata-cristão não criaram, na altura, suficientes condições de adversidade ideológica, susceptíveis de levarem à legítima defesa dos católicos e dos cristãos em termos políticos. Ora, pelo menos em Portugal, os mais conseguidos movimentos sociais cristãos sempre se construíram como contrapoder. A estrutura sociológica e o imaginário do povo português, porque majoritariamente conformados pela educação católica, levariam, aliás, à rejeição epidérmica de qualquer partido ou movimento político que desencadeassem qualquer agressão ideológica face à matriz católica básica.

O Partido Socialista, que podia ser o natural herdeiro do anticlericalismo e do anticatolicismo republicanos, teve, assim, o cuidado de procurar o encontro entre *os homens do avental e os meninos da sacristia*, num tempo revolucionário tão especial, que levou os próprios católicos a serem mais esquerdistas que os próprios maçons.

Por outro lado, o Partido Popular Democrático, que teve um especial impulso católico, não cresceu sem fazer uma aliança sagrada com a maçonaria mais republicanamente conservadora, que não queria subscrever as cadências marxistas do Partido Socialista. O primeiro admitiu ainda um diálogo programático com o marxismo; o segundo, apesar de situar-se ideologicamente na esquerda moderada, foi majoritariamente conformado por uma geração mais nova e mais descomprometida. Uma geração de transição, que podia ter sido a ala reformista do regime, à maneira de Adolfo Suarez face ao franquismo.

O Centro Democrático e Social acabou por assumir-se como uma ala católica bem mais jovem, sem ligações aos progressistas dos anos cinquenta e sessenta, de tal maneira que a maioria dos fundadores do mesmo partido nem sequer tinham idade nem currículo para poderem ser imediatos colaboradores de Marcello Caetano.

A Igreja e os católicos, face ao processo revolucionário, se tiveram que submeter-se para sobreviver, em breve vão passar a ter que lutar para poderem sobreviver.

A primeira potencial grande crise veio com as exigências do movimento sociológico pró-divórcio, pugnando pela alteração do Código Civil vigente, que consagrava a Concordata com a Santa Sé.

Perante a potencial ruptura com o poder político, a Igreja preferiu o acordo com o socialista Salgado Zenha e, sem grandes dramas, lá condescendeu, sendo assinado um acordo com o Vaticano.

Cedendo e silenciando, numa progressiva adaptação às novas regras do jogo, a Igreja pôs-se na defensiva e D. António Ferreira Gomes, foi, mais uma vez, dos primeiros a clamar no deserto, desferindo invectivas acutilantes contra o novo regime. Deixavam-no falar e podia ser ouvido.

Mas eis que no Verão Quente de 1975, a partir de Julho, mas, sobretudo, nos meses de Agosto e Setembro, vai dar-se uma súbita inversão no processo, quando o novo regime parecia condenado a enredar-se nas teias do totalitarismo comunista.

Face à subversão a partir do aparelho de Estado - que conduziu ao gonçalvismo -, vai surgir a subversão a partir da sociedade civil, num movimento que vai da rua contra o poder político estabelecido no Governo, na Administração Pública e nos meios de comunicação social, quase totalmente controlados pelos poderes revolucionários.

Primeiro, fôra a legitimidade do voto popular de 25 de Abril de 1975 que atribuíra aos partidos não revolucionários (PS, PPD e CDS) uma maioria esmagadora. Depois, as agressões ao jornal símbolo do socialismo e da herança maçónica (o jornal *República* dirigido por Raul Rego), e ao silenciamento da voz livre dos católicos (*Rádio Renascença*).

A Igreja, a partir do povo, recupera o seu poder de influência e a sua legitimidade. Mas não cai na tentação de uma guerra contra o republicanismo demoliberal. Antes pelo contrário, através do povo, firmou-se um compromisso histórico entre o humanismo laico e o humanismo cristão, face a um inimigo comum: o totalitarismo comunista.

Nesse contexto, era, na verdade, impossível a recriação de qualquer tipo

de movimento democrata cristão. Os potenciais democratas-cristãos estavam no PS, no PPD e no CDS. E em todos esses se fazia uma ampla cooperação com as várias maçonarias. A oportunidade perdida para a reconstrução de um movimento democrata cristão ou popular cristão, aconteceu com a frustração em que acabou por agonizar a AD na sequência da morte de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa. Com efeito, a inequívoca liderança de Sá Carneiro e o espírito emulativo com que através da falada estratégia de bipolarização tentou fazer relativamente ao PS de Mário Soares, poderiam constituir alavancos para a substituição de um movimento político novo em que se diluiriam os clubismos do PPD-PSD e do CDS, conforme as exigências da maioria sociológica que apoiava a Aliança Democrática.

A dinâmica do processo tenderia inevitavelmente para a uma síntese

político-partidária que seria susceptível de constituir uma nova realidade política. O resultado funcional desse processo político-cultural produziria o renascimento de um movimento popular cristão, mesmo que viesse a ter outra designação.

Em nosso entender, estas considerações revelam que o essencial das reivindicações da Igreja está satisfeito em Portugal.

1º. Não existe um partido democrata-cristão fazendo a ponte com o passado e que se transformasse numa espécie de bode expiatório de toda a esquerda.

2º. Os católicos estão repartidos pelos dois principais partidos políticos portugueses.

3º. A Igreja libertou-se da tutela do Estado e manteve o seu poder de influência junto do processo político, mas perdeu o seu poder conformador da sociedade civil.

Tanto as sociais-democracias como as democracias-cristãs são responsáveis pelos modelos de Estados europeus ocidentais do pós-guerra. Ambas estiveram na base da construção europeia que deu a CEE, o Mercado Único e a União Política. Ambas as forças estiveram no mesmo lado da barricada da Guerra fria contra o comunismo. Ambas se irmanaram nas revoluções de veludo que levaram ao fim do comunismo no Leste.

Acontece apenas que o mundo não é a Europa. Que a questão global do pensamento social-cristão tem de ter hoje uma perspectiva universal. A eleição do polaco Woytila como papa foi premonitória do fim do comunismo, antecipou a integração dos povos do Leste no conceito verdadeiro da Europa. A questão da nova ordem económica internacional e da nova ordem mundial subsequentes ao fim da Guerra fria, pode antecipar novas sínteses.

Algumas reflexões sobre cristianismo e democracia

CARLOS MORUJÃO

I

As reflexões que se seguem têm um carácter forçosamente lacunar, dado o espaço limitado de que dispomos. Digamos, desde já, qual o horizonte em que se inscrevem, o programa que nelas se anuncia e que esperamos ter oportunidade de desenvolver noutra ocasião. "Cristianismo" e "democracia" (e talvez seja justamente aquele "e" a merecer que dele nos ocupemos em primeiro lugar) indicam a nossa dupla origem, o entrelaçamento historial de duas tradições e dois horizontes de sentido, que a história do século XX (quer dizer, a história do avanço do nihilismo e da "morte de Deus", anunciados por Nietzsche há mais de cem anos), contribuiu para obscurecer, sem, todavia, conseguir totalmente ocultar.

Ambos, cristianismo e democracia, constituem o espírito europeu, com-

binhação do legado greco-romano com o judaico-cristão, que identificam ainda a Europa naquilo que ela hoje é - e o mundo, na medida em que o modo de vida europeu se planetarizou. Há uma certa ideia de homem, de justiça, do que são os valores e de quais são os valores positivos, do que é o direito, que não entenderíamos na sua proveniência e no modo como são actantes (na medida em que ainda o são) se não entendessemos a dupla herança que nos constitui naquilo que hoje somos e pelo que somos reconhecidos - mesmo quando já não é bem assim que nos identificamos a nós mesmos.

Somos ainda gregos, quer dizer, herdeiros daquilo que na Grécia histórica e geográfica se constituiu como destino espiritual de uma humanidade que quer entrar na posse plena de si mesma; e somos ainda cristãos - são-no ainda aque-les que afirmam ter perdido a fé,

na medida em que acreditamos que o curso dos acontecimentos humanos não é o circuito fechado que vai do Mesmo ao Mesmo, mas sim abertura ao totalmente outro que irrompe (conceptualizando nos limites do pensável) no rosto do outro homem.

A democracia é o regime que melhor garante os direitos do outro: o seu oposto não é tanto o totalitarismo como a guerra (a menos que estes dois pura e simplesmente se identifiquem), quer dizer, a invisibilidade do rosto, simbolizada por esse "no man's land" que separa a linha da frente de dois exércitos em combate. O cristianismo reconhece, como dimensão da identidade, a abertura ao outro, o diferente no seio do mesmo. Fundamento da nossa ideia de responsabilidade. Contestação do privilégio heideggeriano da *Jemeinigkeit*, anunciada no §9 de *Sein und Zeit*, do ser que

→